



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Tiragem
100 exemplares

Criado pela lei 08 de 02 de fevereiro de 1997

30 de setembro

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

2023

CACIMBAS - PB

DECRETO DO PODER EXECUTIVO Nº 11/2023, CACIMBAS (PB), 06 DE SETEMBRO DE 2023.

“ESTABELECE MEDIDAS DE REDUÇÃO E CONTROLE DAS DESPESAS DE PESSOAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACIMBAS-PB, NILTON DE ALMEIDA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E:

CONSIDERANDO, a necessidade de ação planejada e transparente, prevenindo riscos e corrigindo desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, a fim de alcançar responsabilidade na gestão fiscal conforme preleciona a LC nº 101/2000;

CONSIDERANDO, a necessidade de adoção de medidas para a recondução das despesas com pessoal do Poder Executivo ao limite prudencial fixado pela LC nº 101/2000 que agora inclui as despesas previdenciárias do regime próprio e do regime geral, parte patronal;

CONSIDERANDO, que a redução racional dos gastos com pessoal, temporariamente, não implica uma perda de qualidade do serviço público;

CONSIDERANDO, o disposto no art. 169 da Constituição Federal que determina que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar;

CONSIDERANDO, que, atendendo o mandamento constitucional, o legislador federal editou a Lei Complementar nº 101/2000, estabelecendo, entre outros, os limites de gastos com despesas com pessoal;

CONSIDERANDO, a obrigatoriedade de se dar cumprimento a todos os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, lei complementar 101/2000;

CONSIDERANDO, que o Município de Cacimbas-PB, nos dois primeiros Quadrimestres do exercício de 2023, excedeu o limite prudencial dos gastos com pessoal, estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO, a necessidade da adoção de medidas de contenção de despesas com pessoal durante o exercício de 2023, no âmbito do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO, o atual cenário econômico do país, com a crescente diminuição da atividade econômica e consequente perda de receita por parte do setor público;

CONSIDERANDO, que a crise econômica nacional alcançou as finanças desta Municipalidade, traduzindo-se em efetiva diminuição dos valores repassados pela União e pelo Estado da Paraíba, fazendo desaparecer ou diminuir de forma significativa as Emendas de Custeio, que outrora eram repassadas pela União para os municípios;

CONSIDERANDO, que essa perda de receita acumulou, nos dois primeiros quadrimestres de 2023, uma queda na arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, em relação ao projetado na LDO e LOA;

CONSIDERANDO, que essa perda de receita acumulou, nos dois primeiros quadrimestres de 2023, uma queda na arrecadação do percentual do ICMS, em relação ao projetado na LDO e na LOA;

CONSIDERANDO, que a extrapolação do limite de gastos com pessoal ocasiona diversos malefícios para a Administração Pública Municipal, inclusive podendo levar as reprovações de conta do Gestor em exercício;

CONSIDERANDO que a diminuição na receita refletiu diretamente na elevação do percentual de gastos com pessoal, ultrapassando o limite legal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de manter a responsabilidade na gestão fiscal do Município, que se dá, dentre outras ações, com o equilíbrio entre a receita e a despesa pública;

CONSIDERANDO que a queda de receita arrecadada representa aumento da despesa

com pessoal, quando comparados os gastos e percentuais com a receita arrecadada, vez que diminui a arrecadação e cresce de forma inversa o gasto com pessoal, ferindo assim a Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO que as Emendas Parlamentares de custeios, mesmo as previstas, estão sendo bloqueadas e não estão chegando aos municípios, gerando repercussão nacional, com manifestações dos prefeitos, como a ocorrida em 30 de agosto de 2023, na capital da Paraíba, sem, contudo, resultar, até o momento em solução para uma melhor arrecadação de recursos ou repasses das outras esferas de governos para o governo municipal, salvo promessas que até agora não foram cumpridas;

DECRETA:

Art. 1º. Estabelecer diretrizes para contenção de despesas de pessoal, que deverão ser observadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, efetivadas por meio das fontes próprias do Tesouro Municipal e com recursos ordinários não vinculados;

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Finanças fica autorizada a liberar a execução orçamentária do exercício de 2023, mediante o atendimento cumulativo das seguintes condições pertinentes a Unidade Orçamentária;

I - registro da previsão da receita e fixação da despesa, efetivado de acordo com Lei Orçamentária Anual – LOA, para 2023;

II - conferência pelas Unidades Orçamentárias dos saldos da receita e da despesa após o registro da previsão da receita e fixação da despesa de acordo com Lei Orçamentária Anual – LOA, para 2023;

III - informação da Tesouraria Municipal, atestando a disponibilidade financeira do desembolso pela Unidade Orçamentária;

IV - contingenciamento e indisponibilização, pela Secretaria Municipal de Finanças, dos recursos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual – LOA, para 2023, para o fim do restabelecimento do equilíbrio financeiro das contas públicas, com constante planejamento entre receitas efetivamente arrecadadas e despesas efetivamente executadas e/ou contratadas, fazendo cumprir o planejamento o equilíbrio das contas públicas, conforme LRF, LOA e demais instrumentos de planejamento;

Art. 3º. A execução orçamentária e financeira obedecerá aos limites da Programação financeira para o exercício, conforme cronograma elaborado, se ainda não foi, providenciar a sua elaboração, em consonância com o art. 8º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

§ 1º Na hipótese de contingenciamento, a liberação ou alteração dos recursos contingenciados e indisponibilizados serão efetuadas conforme exposto abaixo:

I - Para o restabelecimento do equilíbrio financeiro das contas públicas, os empenhos de despesas e investimentos em todos os órgãos e entidades da Administração Direta do Município somente serão realizados, após autorização expressa concedida pelo Prefeito Municipal, e mediante a demonstração de efetiva de disponibilidade financeira de recursos.

II - Poderão ser autorizados em caráter excepcional e mediante decisão conjunta do Prefeito Municipal, Secretário Municipal de Finanças e para o atendimento de interesse público justificado pelo gestor, o empenho de despesas e investimentos somente com base na dotação orçamentária disponível.

III - A medida prevista neste artigo terá sua vigência limitada até a data de 31 de dezembro de 2023, podendo ser antecipada por ato do Secretário de Finanças e dos órgãos de Planejamento, Orçamento e Gestão, após autorização concedida pelo Prefeito Municipal e mediante a demonstração do restabelecimento do equilíbrio financeiro, atestado por meio dos relatórios trimestrais de execução orçamentária.

Art. 4º. Incumbe à Secretaria Municipal de Finanças, bem como aos órgãos de Planejamento, Orçamento e Gestão, sob supervisão do Prefeito Municipal, fiscalizar e fazer cumprir os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para as despesas com pessoal da administração pública municipal, dentro dos prazos nela estabelecidos, ficando dotada de poderes para a prática dos atos abaixo especificados:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Tiragem
100 exemplares

Criado pela lei 08 de 02 de fevereiro de 1997

30 de setembro

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

2023

CACIMBAS - PB

I – autorizar, previamente, a inclusão de todo e qualquer acréscimo pecuniário em folhas de pagamento da administração Municipal, visando o rígido controle das despesas com pessoal, inclusive com serviços de terceiros;

II – analisar e colocar em prática a adoção de medidas administrativas de contenção de despesas com pessoal, nos termos do disposto no artigo 22, parágrafo único, e incisos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), visando prevenir a adoção de medidas mais severas previstas nos parágrafos 3º a 7º do art. 169, da Constituição Federal, caso o percentual das despesas com pessoal, em relação à receita corrente líquida, sem exceder o limite previsto no art. 20 da referida Lei de responsabilidade Fiscal;

Art. 5º. É vedado aos dirigentes dos órgãos e entidades da Administração Direta do Poder Executivo apresentar proposta de edição de norma ou adotar providência que sobreleve as despesas do Município relativamente a gastos com pessoal, incluindo-se a reestruturação e a revisão de planos de cargos, carreiras e subsídios, enquanto não forem reduzidas as despesas com pessoal a limite inferior ao prudencial, assim definido pela LC nº 101/2000.

Art. 6º. Os órgãos do Poder Executivo Municipal deverão observar e cumprir as seguintes ações estabelecidas para a gestão da despesa e controle do gasto de pessoal:

I - apresentar programação de redução de despesas, com realização de serviços extraordinários para análise e manifestação técnica, pela Secretaria Municipal de Finanças e serviços de Tesouraria, os quais deverão considerar as despesas realizadas nos últimos trimestres, submetendo as suas conclusões ao Prefeito Municipal para aprovação;

II - suspender o pagamento de horas extraordinárias, excetuadas as atividades de saúde, quando justificado pelo interesse público devidamente motivado perante a autoridade superior;

III - condicionar a convocação para a prestação de serviços extraordinários dos servidores não previstos no inciso II do caput deste artigo à prévia e indispensável autorização da Secretaria Municipal de Finanças e serviços de Tesouraria, bem como em última análise, do prefeito municipal;

IV - suspender a reestruturação ou qualquer revisão de planos de cargos, carreiras e vencimentos da Administração direta, salvo os projetos de leis em tramitação no Poder Legislativo, que versem sobre o assunto e pertencentes ao orçamento fiscal e de seguridade social, que impliquem em aumento da despesa de pessoal;

V - suspender a concessão de afastamentos de servidores públicos, para realização de cursos de aperfeiçoamento ou outros que demandem substituição, salvo os já concedidos até a data de publicação deste Decreto;

VI – suspender todo e qualquer pagamento de gratificação concedida a servidores públicos efetivos e comissionados.

VII – proibir a contratação temporária de servidores, bem como contratações de serviços de terceiros, salvo para as áreas de saúde, educação, finanças e administração, além da situação que ocasione substituições de servidores que se aposentarem ou falecerem, na área de educação;

VIII - suspender todo e qualquer pagamento a pessoas prestadoras de serviços e/ou contratos temporários, em âmbito municipal, no mês de setembro de 2023, **salvo as mulheres contratadas que estiverem gestantes;**

IX – suspender pagamentos de diárias com viagens, salvo para motoristas de ambulâncias ou outros transportes de doentes, inclusive TFD;

X – determinar a exoneração temporária, apenas no mês de **setembro de 2023**, dos cargos comissionados e de funções de confiança do município, ressalvado cargos necessários e indispensáveis na área de gestão, como secretários municipais, que trabalharão sem percepções de subsídios, e com percepções de ajustes os contratos realizados com os setores jurídico e contábil;

Parágrafo único. As situações excepcionais serão decididas pelo Prefeito Municipal, ouvido, previamente, a Secretaria Municipal de Finanças e serviços de Tesouraria.

Art. 7º. As licenças para tratar de interesse particular somente poderão ser autorizadas em situações que não gerem a necessidade de substituição do servidor, observados os demais requisitos exigidos para a concessão desse afastamento.

Art. 8º. São responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto, os Secretários Municipais do Poder Executivo Municipal, que não forem exonerados, temporariamente, durante o mês de setembro de 2023, bem como o prefeito municipal.

§ 1º. As Unidades Orçamentárias e Administrativas competentes adotarão as medidas e os procedimentos necessários à redução das despesas de custeio administrativo e à sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

§ 2º. Os ordenadores de despesas poderão ser responsabilizados pelo não cumprimento das obrigações previstas neste Decreto.

Art. 9º. Fica vedada a partir desta data e até a adequação dos limites com pessoal, a realização de horas-extras e pagamentos de gratificações a todo o quadro de servidores municipais, ressalvados os casos expressamente autorizados pelo Prefeito Municipal, com parecer prévio da Secretaria Municipal de Finanças e serviços de Tesouraria.

Art. 10. Ficam suspensas a partir desta data e até 01 de outubro de 2023:

I – novas nomeações de servidores em cargos de provimento em comissão e contratações temporárias, salvo cumprimento de determinação judicial e pessoas selecionadas em processo seletivo simplificado realizado pela Prefeitura Municipal, bem como as situações de necessidade excepcional, prévia e devidamente justificada e autorizada pela Secretaria Municipal de Finanças e serviços de Tesouraria e Prefeito Municipal.

II – novos afastamentos ou cedências de servidores, com ônus para o Município, para todo e qualquer órgão;

III – concessão de licenças para trato de interesse particular, quando implicarem em nomeações e/ou contratações para substituição;

IV – pagamento e o gozo de licença-prêmio, este último quando implicar em substituições, salvo as ajustadas ou decorrente de determinação judicial;

Parágrafo Único. Até que o percentual de limites de gasto com pessoal se normalize, fica vedada a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição.

Art. 11. Cada Secretaria deverá avaliar suas necessidades, em face do imperativo de limitarem os seus gastos com pessoal, inclusive, encontrando soluções para reduções das contratações temporárias e serviços de terceiros, de forma que o Poder Executivo possa alcançar, durante o período de vigência deste Decreto, sem prejuízo dos serviços postos à disposição da população, o percentual de controle de gastos com as despesas com pessoal exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Caberá a cada Secretaria apresentar estudo detalhado de seus gastos, apontando, o mais especificamente possível, medidas cabíveis de serem adotadas com o objetivo de redução de gastos, bem como o prazo em que tais medidas podem ser implementadas.

Art. 12. Até que o percentual de limites de gasto com pessoal se normalize fica vedada a criação de cargo, emprego ou função.

Art. 13. Até que o percentual de limites de gasto com pessoal se normalize fica vedada a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.

Art. 14. Também fica vedado, até que o percentual de limites de gasto com pessoal se normalize o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação e saúde, bem como, as nomeações decorrentes de concursos públicos, para substituir servidores contratados.

Art. 15. As medidas ora determinadas somente poderão ser suspensas quando a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Tiragem
100 exemplares

Criado pela lei 08 de 02 de fevereiro de 1997

30 de setembro

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

2023

CACIMBAS - PB

despesa com pessoal da Administração Direta seja reduzida a patamares abaixo do limite prudencial estabelecido pelo art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§1º A suspensão das medidas poderá ser gradativa, conforme se obtenham resultados positivos à redução das despesas com pessoal.

§2º Caso as medidas ora adotadas não sejam suficientes para atender aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, outras poderão ser editadas, visando sempre a redução de despesas com pessoal.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CACIMBAS-PB, EM 06 DE SETEMBRO DE 2023.

NILTON DE ALMEIDA
Prefeito Municipal de Cacimbas-PB - PB

